



A evocação do passado através dos documentos familiares.

Liriana Zanon Stefanello*

Resumo: Busca-se com esse trabalho explorar um pouco esse campo fecundo dos registros paroquiais. Um dos responsáveis pela preservação desse tipo de registro foi o Padre Luiz Sponchiado que conservou parte das Anágrafes da colonização italiana. Nessas anágrafes constam os nomes dos imigrantes de sua família e sua descendência, bem como, proveniências, nascimentos, casamentos e óbitos. Ao estudar o passado desses primeiros imigrantes italianos pode-se observar, por exemplo, os papéis da família, as festas, os ritos e os símbolos. Destacam-se os álbuns de família, os quais permitem que as imagens do passado evoquem a recordação dos acontecimentos transmitidos de geração em geração. Essa memória permite que os indivíduos se identifiquem e se diferenciem em relação aos outros. Assim, a construção desse acervo sobre a imigração italiana da quarta colônia torna possível o avanço dos estudos sobre seus sujeitos históricos através de suas diversificadas fontes. Esses elementos familiares denotam ser fundamentais na criação do sentimento de pertença, ou seja, que permite a cada um se reconhecer em uma genealogia.

Palavras-chave: História cultural. Imigração italiana. Memória.

ABSTRACT: From there, it expands the notion of document that has to go beyond the written text. One of those responsible for the preservation of such a record was Priest Luiz Sponchiado who saved part of the Italian colonization Anágrafes. Anágrafes these immigrants included the names of his family and his descendants, as well as sources, births, marriages and deaths. By studying the past of these early Italian immigrants can be seen, for example, the roles of family, festivities, rituals and symbols. Noteworthy are the family albums, which allow images to evoke the memory of past events transmitted from generation to generation. This memory allows individuals to identify and differentiate themselves in relation to others. Thus the construction of this collection on the fourth colony of Italian immigration makes it possible the advancement of studies on their historical subjects through its diversified sources.

*Graduada em História e Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. e-mail: lirianazs@yahoo.com.br.



These familiar elements denote be instrumental in creating a sense of belonging, that is, allowing each one to recognize in a genealogy.

Keywords: Cultural history. Italian immigration. Memory.

Introdução

Com a ampliação das fontes de pesquisa, a história cultural insere todos os segmentos sociedade na história. Assim, a noção de documento embora não se modifique, pois se considerava, sobretudo documento um texto, seu conteúdo se amplia e se diversifica. A ampliação deste termo faz parte da revolução documental produzida a partir da década de 60 do século XX. Então, o registro paroquial insere segmentos até então pouco estudados no campo de pesquisa do historiador na produção histórica da modernidade.

Tendo o registro paroquial como uma fonte de pesquisa Padre Luiz Sponchiado parte das Anágrafes da colonização, nas quais eram anotados os nomes dos imigrantes de cada família e sua descendência, bem como a sua proveniência, os nascimentos, os casamentos e os óbitos, para estudar a história e a genealogia das famílias de imigrantes italianos da quarta colônia imperial. O resultado destas pesquisas é a criação do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), inaugurado em 01 de junho de 1984 no centenário da criação do Núcleo Soturno, hoje Município de Nova Palma. Este centro organizado por Padre Luiz possui um acervo de Genealogias, Cronologias, Documentos das Famílias e Gravações.

Sendo assim, é importante situar historicamente a criação desta quarta colônia imperial de imigração italiana para compreender a criação deste acervo, assim como as mudanças historiográficas ocorridas na modernidade.

O Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma

Nova Palma é um dos núcleos da Ex-Colônia Silveira Martins (1877) criado inicialmente sob a denominação de Soturno. Na Colônia Silveira Martins, os primeiros imigrantes italianos chegam aos 10 dias de janeiro de 1878. Após o povoamento da Sede desta colônia criam-se núcleos nos arredores.



O primeiro núcleo criado ficou a 35 km ao norte da sede, o atual município de Ivorá. O Engenheiro Siqueira Couto demarca os lotes 33, 34 e 35, que ficou conhecido como o núcleo Soturno (depois Barracão, hoje Nova Palma), no encontro do Arroio Portela com o Rio Soturno, em 1884. Em 1885, a comissão demarcou um lote (367) para ser ocupado pelo denominado povoado de Geringonça, depois de Novo Treviso. Em 19 de outubro de 1890, ocorre a fundação do núcleo Ijuí-Grande (SPONCHIADO, 1996, p. 63-64).

É a história destes indivíduos que se estabeleceram nesta sede e nos núcleos, o objeto de pesquisa de Padre Luiz Sponchiado.

Inicialmente Luiz dedicou-se ao estudo da genealogia e da história de sua família, procurando entre seus familiares depoimentos sobre a imigração. Partindo disso, resolveu estudar o processo migratório dedicando-se às famílias desta Quarta Colônia através do estudo das “Anágrafes da colonização”¹.

Este trabalho de pesquisa originou o Centro de Pesquisas Genealógicas da Imigração Italiana da Quarta Colônia, que no conjunto de seu acervo torna-se um suporte material para a construção da identidade regional.

É um centro de pesquisa aberto a todos que se sentirem instigados a estudar suas raízes. A seguir, descreve-se o acervo deste centro.

A documentação referente à **genealogia**, composta atualmente de 67 livros, apresenta registro dos dados das famílias, que possuem as seguintes informações: datas, locais de nascimento, dados do casamento, batismo, datas de saída da Itália, de chegada no Brasil e o lugar de chegada, entre outros.

A documentação denominada de **cronologia** constitui-se de blocos de papel (rústicos) datilografados, que possuem dados desde o século XVI até o século XX, pesquisados pelo Padre. A partir de 1870, esses documentos estão dispostos por ano, meses e dias. Neste material o padre anotou os acontecimentos históricos regionais, nacionais e internacionais priorizando as informações locais sobre as famílias pertencentes à Quarta Colônia. Também, a partir dos anos 60, do século XX, há os registros diários e cotidianos da vida pessoal de Pe. Luiz Sponchiado.

As denominadas “**caixas de famílias**” ou caixas de documentação são compostas de correspondências que o padre recebia de pesquisadores, de cartas que os imigrantes e seus

¹“Anágrafe é outra denominação que se dá ao Liber Familiarum (Livro das Famílias)” segundo SPONCHIADO, Pe. Luiz. A Anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luis A. (Org). **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1990. v.3, p.425.



familiares trocavam com parentes da Itália; como também, documentos os quais, podemos citar: passaportes, certidões, escrituras de terras, entre outros. Além disso, existem fotografias de época e alguns álbuns de família recentes e, histórias de famílias que o padre fazia por ocasião das festas.

As **fitas cassete e de vídeo** são compostas de histórias de vida, de leituras que o Padre Luiz realizava dos documentos que pesquisava em arquivos (exemplo: Arquivo Histórico do RS, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro), bem como os registros de festas, celebrações vinculadas à Igreja e de eventos que o padre participava, como de locais históricos e outros.

A **biblioteca** do CPG é composta de livros, revistas, monografias, teses, jornais que tratam especialmente sobre a imigração, bem como há material de história da Igreja, história do Brasil e do RS e história Geral.

O Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma é a concretização de um projeto que visa o conhecimento do passado através do presente que se constitui de vários suportes materiais que possibilitam aos indivíduos reelaborarem uma memória para projetarem esse sentimento do que é ser italiano e da preservação de seus traços culturais.

A Concepção De Todos Como Seres Históricos

No que tange as transformações historiográficas, no século XX, tanto o marxismo quanto a Escola dos Annales havia questionado as vertentes que interpretavam o historicismo de Leopold Von Ranke assim como o positivismo de August Comte. Vindas desde o século XIX a primeira alerta para as “descontinuidades dos tempos históricos e a necessidade de buscar os sentidos de cada momento do passado” (PESAVENTO, 2008, p. 10), a segunda ao definir critérios sobre a verdade absoluta na produção histórica, contida esta verdade no documento, se dissemina, pois transmite segurança da seriedade das fontes assim como defende o caráter de ciência da história.

Marx, como afirma Evangelista concebe a teoria “como elemento da práxis social e como instrumento para a transformação social do mundo”(EVANGELISTA, 1992,p. 13).

Neste sentido o operariado que luta contra a dominação da burguesia tenta transformar as suas relações por meio da ação. Desta forma, a transformação só se torna possível quando um indivíduo compreende individual ou coletivamente que é capaz de modificar a sua história, compreendendo-se ator social.



Alguns marxistas, de acordo com Pesavento (2008), como por exemplo, Edward Thompson em meados do século XX, criticou duramente as versões leninistas e estalinistas da história denunciando

Um reducionismo das lógicas explicativas da realidade, atrelando a dita superestrutura às injunções da infraestrutura, ou ainda a interpretação classista do social, levando a compreensão do processo histórico como sendo uma sucessão de lutas de classes. Categorias até então assentes, como as do modo de produção, conduziam a interpretação da realidade, passando a segundo plano, as especificidades históricas de cada contexto (PESAVENTO, 2008, p.12).

São estas questões que levam o referido historiador a inovar a teoria, o método, a temática assim como as fontes para a produção historiográfica. Assim começa a ser explorado os campos “do político, dos ritos, das crenças, dos hábitos” (PESAVENTO, 2008,p.29).

A Escola dos Annales, então, reorienta suas temáticas e aborda questões culturais. Inicialmente esta escola era uma revista internacional, criada após a primeira guerra mundial que se pretendia líder da história social e econômica. Como diz Burke:

A necessidade de uma história abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento (BURKE, 1997, p.7).

Dentre os primeiros historiadores que tem esta preocupação destaca-se Lucien Febvre e Marc Bloch. O primeiro, segundo Pesavento, se preocupa com o simbolismo chamando a “atenção para as atitudes mentais que se constituíam para além das determinações do consciente e do racional, para além dos circuitos da ideologia e da classe de uma análise marxista” (PESAVENTO, 2008, p. 31). Dedicar-se ao estudo das atitudes enquanto grupo, ou seja, “o problema da relação entre o indivíduo e o grupo, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social” (BURKE, 1997, p.32). O segundo trabalha com a história comparativa, pois ela “permite a constatação das diferenças” (BURKE, 1997, p.30) assim como afirma Bloch, com “a linguagem da consciência coletiva, da memória, das representações coletivas” (BURKE, 1997, p. 36).

Este movimento se define enquanto uma nova escola com a segunda geração de historiadores. Fernand Braudel é o nome mais expressivo desta segunda etapa. A sua preocupação “é situar indivíduos e eventos num contexto, em seu meio, mas ele os torna inteligíveis ao preço de revelar sua fundamental desimportância” (BURKE, 1997, p.47). Objetivava atingir uma história total, no entanto fora muito criticado, pois “muito pouco tinha



a dizer sobre atitudes, valores, ou mentalidades coletivas” (BURKE, 1997, p.51). Seu determinismo igualmente fora questionado, pois entende o indivíduo como “prisioneiro não somente do seu ambiente físico, mas também da sua estrutura mental” (BURKE, 1997, p.53). Segundo Burke, embora muito criticado, contribui para a compreensão de tempo e espaço, ele divide “o tempo histórico em tempo geográfico, o tempo social em tempo individual, realçando a importância do que se tornou conhecido [...] como a longa duração”(BURKE, 1997, p.55). Assim como “mantêm um fino equilíbrio entre o abstrato e o concreto, o geral e o particular”(BURKE, 1997, p.62). Então, ele ansiava em “ver as coisas em sua inteireza, integrar o econômico, o social, o político e o cultural na história total” (BURKE, 1997, p.55-56).

Na terceira geração desta escola alguns seguem Febvre e outros Braudel. No entanto, trabalham na história social com a diferença e não com a oposição de classes sendo possível, assim, identificar uma teia de relações como também, de grupos que coexistem numa determinada sociedade e que participam da complexificação da realidade. Como forma de reagir ao determinismo de Braudel se estuda as mentalidades. Philippe Airès, por exemplo, interessa-se pela “relação entre natureza e cultura, para as formas pelas quais uma cultura vê e classifica fenômenos naturais tais como a infância e a morte” (BURKE, 1997, p.81). Neste sentido, Burke destaca ainda os trabalhos de Jacques Le Goff e Georges Duby, os quais estudam a história das mentalidades. Duby “preocupou-se com a história das ideologias, da reprodução cultural e do imaginário social, que procura combinar com a história das mentalidades”(BURKE, 1997, p.86-87). Para este autor a ideologia “não é um reflexo passivo da sociedade, mas um projeto para agir sobre ela” (BURKE, 1997, p.87).

Dessa forma, o ofício do historiador se dilata tanto em relação aos atores quanto aos temas e aos objetos.

Emanuel Lê Roy Ladurie é um seguidor de Braudel, no entanto, segundo Burke é o primeiro a ir além, pois sua novidade

está em sua tentativa de escrever um estudo histórico de comunidade no sentido antropológico – não a história de uma aldeia particular, mas o retrato da aldeia, escrita nas palavras dos próprios habitantes, e o retrato de uma sociedade mais ampla, que os aldeões representam (BURKE, 1997, p.96).

Diante destas reflexões observa-se que na década de 1960 os diversos movimentos sociais organizados originam novos sujeitos políticos, que conscientes do seu papel na



sociedade, passam a questionar a ordem então estabelecida, da mesma forma que as suas instituições. Segundo Evangelista:

O surgimento de novos movimentos sociais levou a constituição de novos sujeitos políticos, que assim, implicou na criação de novos espaços políticos, fora do plano institucional, que ensejarão novas práticas sociais e novas representações simbólicas, que as acompanham (EVANGELISTA, 1992, p.17).

Nesta terceira geração da Escola dos Annales, portanto,

O retorno a política [...] está associado a redescoberta da importância do agir em oposição a estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam “cultura política”, de idéias e de mentalidades. Graças a Foucault, esse retorno se estendeu em direção à “micropolítica”, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas, etc (BURKE, 1997, p.103).

A nova história estava então, “fortemente apoiada, além da diversidade dos objetos, dos territórios e das maneiras, sobre os princípios mesmos que sustentavam as ambições e as conquistas das outras ciências sociais” (CHARTIER, 2002, p.83).

No entanto, tanto os integrantes do marxismo quanto os da nova história percebem que o passado fixado e determinado já não existe mais e contribui para isso o entendimento de que a produção historiográfica é sempre uma narrativa. Segundo Pesavento, Paul Veyne é responsável pela compreensão de que a história é uma narrativa, e como tal “apresentava versões sobre os fatos que teriam ocorrido um dia, narrativas essas elaboradas de forma subjetiva a partir de dados objetivos, por escolhas feitas pelo historiador diante de um horizonte infinito de temas” (PESAVENTO, 2008, p. 34). Paul Ricoeur, como afirma Pesavento, discute estas questões e conclui que o historiador ao escrever sobre o passado pretende que seja o real transcorrido, no entanto, as estratégias utilizadas para esta narrativa de reconstruir o tempo passado abarca representação e reconstrução.

Neste ponto então, entramos no campo da história cultural, muito discutida a partir da década de 1990. Desta forma é crucial entender que a representação é uma construção elaborada a partir do real e envolve a percepção, a identificação, o reconhecimento, a classificação, a legitimação e a exclusão (PESAVENTO, 2008, p.40). Assim, indivíduos e grupos constroem sobre a sua realidade representações que dão sentido ao mundo. A esse conjunto de idéias e imagens de representação que estes constroem para si em distintas épocas denomina-se imaginário. Este “comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquizada, divide, aponta semelhanças e diferenças no



social. Ele é um saber fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito” (PESAVENTO, 2008, p.43).

A história cultural propõe por meio das representações feitas, interpretar a realidade do passado procurando “chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2008, p.42).

Atualmente a história cultural adquire visibilidade pela renovação dos seus campos de pesquisas, da diversidade temática e de objetos, da multiplicidade de fontes utilizadas bem como das correntes da história. Para elencar, uma destas correntes historiográficas é a micro-história, na qual se reduz a escala de análise, explorando intensivamente um objeto determinado, ou então como Chartier afirma:

cada micro história pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que se opõem (CHARTIER, 2002, p. 84).

Sendo assim, a história deixou de ser a dos grandes homens e feitos e o patrimônio

deixou de ser definido pelos prédios que abrigaram reis, condes e marqueses e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade (BARRETO, 2001, p.11).

Pois todos os segmentos que compõem a sociedade são dotados de história e devem ser estudados, da mesma forma que as interpretações feitas sobre as relações entre estes distintos segmentos.

Levando em consideração que, com a nova história cultural ampliam-se as fontes de pesquisa, segundo Febvre

a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem [...]. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 2003, p. 550).

Esta ampliação do termo documento foi apenas uma etapa da revolução documental produzida a partir da década de 60 do século XX. Nesse sentido, o interesse pela memória coletiva e pela história se estende a todos os indivíduos, assim, para a produção histórica da modernidade o “registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os



matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das “massas dormentes” e inaugura a era da documentação de massa” (LE GOFF, 2003, p.531).

O que muda realmente é a consciência historiográfica, pois a ênfase da produção recai sobre o problema, onde o dado privilegiado produz uma historia descontínua e por isso a necessidade de novas fontes.

Mas esses documentos devem sempre ser analisados criticamente, porque eles são “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente” (LE GOFF, 2003, p. 536).

Na sociedade moderna as mudanças são constantes e permanentes e assim coexiste uma multiplicidade de identidades. Neste sentido,

a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença (PESAVENTO, 2008, p. 89-90).

Portanto, a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 2003, p. 469).

Assim, para Nora como afirma Arevalo

[...] lugares de memória são essencialmente meios, meio de acesso a uma memória, que não é memória, é história, porque está reconstituída através de vestígios, e, mais importante, uma memória que é reivindicada e não espontânea, como queria Hallbwachs. Essa memória não é mais construída no grupo, mas para o grupo pela história, para que este possa nela encontrar elementos que legitimem sua ação política no presente (AREVALO, 2007, p.11).

A memória insere os indivíduos “em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros” (CATROGA, 2001, p. 50) de modo que a identidade é uma construção social. Na modernidade é a família o elo que possibilita a identificação, a diferenciação e a transmissão dessa memória. Os ritos e símbolos como a fotografia, os papéis de família, as festas, fazem parte das heranças que possibilitam a criação do sentimento de pertença.

Os álbuns de família são

Imagens do passado dispostas em ordem cronológica, “ordem das estações” da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos



monumentos de sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retêm do seu passado as confirmações de sua unidade presente (LE GOFF, 2003, p. 460).

Mas, da mesma forma que o documento, de modo que a imagem também o é, as

Imagens são fruto da ação humana, que interpreta e recria o mundo como representação, exercendo grande fascínio. As imagens são visuais e carregam consigo esta condição especial que se realiza no plano dos sentidos, ao serem captadas e fixadas por um certo tempo na retina de quem vê. Imagens são, pois, traços de uma experiência sensorial e emotiva.

[...] imagens são mentais, pois são fruto de uma percepção, o que nos remete aos processos da esfera cognitiva de reconhecimento, identificação, classificação e atribuição de significados. As imagens apreendidas pela vista são postas em relação com nosso museu imaginário interior, no arquivo de memória que cada um carrega consigo (PESAVENTO, 2008, p.18).

Da mesma forma que “a história é a narrativa que presentifica uma ausência no tempo, a memória recupera, pela evocação, imagens do vivido. É a propriedade evocativa da memória que permite a recriação mental de um objeto, pessoa ou acontecimento ausente” (PESAVENTO, 2008, p.15).

Assim, as sensibilidades e as representações estão diretamente ligadas à memória, pois “como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade traduz-se em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade”(PESAVENTO, 2008, p.14). Da mesma forma, “as sensibilidades correspondem às manifestações do pensamento ou do espírito, pelas quais aquela relação “original” é organizada, interpretada e traduzida em termos mais estáveis e contínuos” (PESAVENTO, 2008, p.14).

Os estudos de cultura nas últimas décadas assumem um viés importante porque, se trata “de indivíduos, de subjetividades, de trajetórias pessoais, de histórias de vida”(PESAVENTO, 2008, p.15).

Deste modo, o texto e a imagem compartilham

o lugar do pertencimento, como produção individual e coletiva, e expressam-se em terrenos ou campos comuns, tais quais as identidades, a natureza e a paisagem; os perfis, as biografias e os retratos; as performances individuais e coletivas – o povo, o popular - ; as utopias e as construções imaginárias do passado e do futuro (PESAVENTO, 2008, p.112).

Compreendendo que a memória permite que os indivíduos se identifiquem e se diferenciem em relação aos outros, e, sendo assim, a identidade é uma construção social, na modernidade é a família o elo que possibilita tanto a identificação, quanto a diferenciação e a



transmissão dessa memória. De fato, as festas familiares, os ritos e símbolos como os papéis de família fazem parte das heranças que são fundamentais para a criação do sentimento de pertença que permite a cada um se reconhecer nessa genealogia, evocando o passado familiar através destes documentos.

As histórias de família são legados que permitem a construção de uma memória que se transmite e se partilha o que possibilita entender a historicidade do privado pensando o indivíduo como integrado na sociedade. Por isso, que a construção pelo Padre Luiz desse acervo sobre a imigração italiana da quarta colônia, que contempla a pesquisa genealógica, nos arquivos paroquiais está inserida nesse processo desencadeado na modernidade pela compreensão da diversificação das fontes e do estudo de todos como sujeito histórico.

REFERÊNCIAS

AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em

<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol13n7/marcia.htm>. Acessado em julho de 2007;

BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papyrus, 2001. p 9-17;

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997;

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.p.43-69;

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,2002;

EVANGELISTA, João. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Cortez, 1992. p.11-43;

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In:_____. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão ...[et al.]. 5ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p.525-541;

_____. Memória. In:_____. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão ...[et al.]. 5ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p.419-476;

PESAVENTO, Sandra Jatahy . Imagens, memória, sensibilidades: territórios do historiador. In: RAMOS, A. F.; PATRIOTA, R.; PESAVENTO, S. J.(org). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo &Rothschild, 2008. p.17-35;

_____. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008;



_____. História Cultural: Caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra J; SANTOS, Nádia Maria; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.11-18;

_____. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra J; SANTOS, Nádia Maria; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.99-122;

SPONCHIADO, Breno. **Imigração e Quarta Colônia**: Pe. Luizinho e Nova Palma. Santa Maria: UFSM, 1996.

Recebido em Julho de 2011
Aprovado em Julho de 2011